

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL Nº 41/2014**

Período: 08/11/2014 – 14/11/2014

GEDES – Brasil

- 1- Relatório final da Comissão Nacional da Verdade recomendará responsabilização de agentes do regime militar
- 2- Relatório que investigou violência cometida contra 50 jornalistas no período militar é finalizado
- 3- Comissões estaduais se manifestaram sobre o relatório final da Comissão Nacional da Verdade
- 4- Presidente da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos defendeu a criação de uma secretaria nacional para a continuação dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade
- 5- Ex-militar que atuou na Casa da Morte de Petrópolis foi detido e interrogado pela Polícia Federal
- 6- Ministro da Defesa deve prestar esclarecimentos sobre a compra dos caças do programa FX-2 na Câmara dos Deputados

1- Relatório final da Comissão Nacional da Verdade recomendará responsabilização de agentes do regime militar

Segundo os periódicos *Folha de S. Paulo* e *Correio Braziliense*, o relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV), que está em fase de revisão, recomendará a responsabilização dos agentes públicos que cometeram crimes durante o regime militar (1964-1985). Entretanto, segundo a *Folha*, a comissão ainda não decidiu se apresentará uma recomendação expressa sobre a revisão da Lei da Anistia (1979). Entre os membros que assinarão o documento, José Paulo Cavalcanti é o único contra a proposta de revisão da lei, pois afirma que a questão já foi decidida pelo Supremo Tribunal Federal e que “a pauta do país é outra, não tem mais a ver com a ditadura”. De acordo com uma das principais defensoras da revisão, Rosa Cardoso, é preciso que o grupo se posicione sobre o assunto. Segundo o *Correio*, o coordenador da CNV, Pedro Dallari, afirmou que a CNV não possui poderes persecutório e jurisdicional e que “tem que fazer uma apuração muito criteriosa dos fatos, das circunstâncias, dos locais onde houve tortura, execução e graves violações dos direitos humanos”. A *Folha* lembrou que o posicionamento da CNV acerca do tema não irá apresentar efeito prático imediato na legislação brasileira, mas que a pressão política da ação pode colaborar para o reexame do assunto e até abrir espaço para que sejam realizadas punições sem a necessidade de anulação da Lei da Anistia. Segundo o jornal, outro ponto do relatório final que pode suscitar polêmicas refere-se ao aumento do número de mortos e desaparecidos durante o regime militar. O Estado reconheceu 356 casos de mortos ou desaparecidos, mas a comissão irá apontar 420 casos. Os assessores da CNV afirmaram que a divergência é resultado de diferentes metodologias de pesquisas e novas fontes descobertas. O periódico afirmou que as mortes de agricultores e indígenas não serão contabilizadas, mas que alguns desses casos foram investigados pela comissão e serão apresentados pelo grupo no segundo volume do relatório. Segundo a Pastoral da Terra, durante regime militar houve mais de 1100 mortes no campo

relacionadas ao governo. De acordo com o *Correio* e *O Estado de S. Paulo*, um dos nomes incluídos pela CNV na lista de desaparecidos políticos é o do despachante Odair José Brunocilla, que embora não fosse vinculado a grupo político, ajudava “com a documentação de militantes contrários ao regime, que desejavam fugir para o Chile e Argentina”. De acordo com a comissão, Brunocilla foi preso e torturado em 1978. A *Folha* lembrou que a maior parte do material de análise da CNV não constará no documento final, mas que a previsão é de que sejam disponibilizados ao público posteriormente. De acordo com o periódico, o relatório será dividido em três volumes. O primeiro detalhará violências praticadas pelo regime militar, locais onde foram presos opositores e depoimento das vítimas, além de recomendar a responsabilização dos perpetradores de crimes no período e outras 30 recomendações. No segundo, serão apresentados textos e investigações dos 14 grupos temáticos da CNV nos últimos dois anos, além de literatura historiográfica sobre o período. O terceiro irá apresentar o perfil dos mortos e desaparecidos. De acordo com o *Correio*, o relatório final da CNV apresentará os resultados dos grupos de trabalho da comissão, entre eles a Guerrilha do Araguaia; a Operação Condor; o funcionamento da estrutura da repressão; o papel da Igreja; as violações contra camponeses e indígenas e mortos e desaparecidos políticos. (*Correio Braziliense – Política – 09/11/14; Correio Braziliense – Política – 14/11/14; Folha de S. Paulo – Poder – 08/11/14; O Estado de S. Paulo – Política – 14/11/14*)

2- Relatório que investigou violência cometida contra 50 jornalistas no período militar é finalizado

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça finalizou e entregou à Comissão da Verdade dos Jornalistas Brasileiros um relatório contendo as investigações a respeito de 50 jornalistas que sofreram violência e perseguição durante o regime militar (1964-1985). Os casos analisados indicam a prática de tortura, prisões, cassação de direitos políticos e monitoramento por parte dos órgãos do Estado na época. (*Folha de S. Paulo – Poder – 10/11/14*)

3- Comissões estaduais se manifestaram sobre o relatório final da Comissão Nacional da Verdade

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, as comissões estaduais da verdade, mesmo apoiando a responsabilização legal dos agentes do Estado que cometeram crimes durante o regime militar (1964-1985), como indicado pela Comissão Nacional da Verdade (CNV), defendem que seja mencionada no texto do relatório final a necessidade de revisão ou a reinterpretção da Lei da Anistia (1979). A recomendação acerca da revisão da norma está citada de maneira explícita nos relatórios das comissões estaduais do Rio de Janeiro e de São Paulo. A Comissão Estadual da Verdade do Rio Grande do Sul, que está em fase de conclusão de seu relatório, também deve propor o debate da lei. De acordo com o jornal, o coordenador da Comissão Estadual da Verdade de São Paulo, o deputado estadual Adriano Diogo, considera equivocada a decisão interna da CNV de não fazer referência direta à Lei da Anistia. (*O Estado de S. Paulo – Política – 12/11/14*)

4- Presidente da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos defendeu a criação de uma secretaria nacional para a continuação dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, um relatório encaminhado à Comissão Nacional da Verdade (CNV) pela procuradora regional da República e presidente da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos, Eugenia Gonzaga, descreveu que a CNV pode ser apenas o primeiro passo na direção da responsabilidade criminal e cível dos agentes de Estado indicados como autores de violações dos direitos humanos. Para Gonzaga, a comissão deve também representar uma primeira parte no esforço de localização dos corpos de prisioneiros políticos desaparecidos durante o regime militar (1964-1985). A Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos é vinculada à Secretaria Especial de Direitos Humanos, sendo uma de suas atividades a coordenação da busca dos restos mortais dos desaparecidos na Guerrilha do Araguaia (1972-1974). De acordo com o jornal, o relatório final da CNV, que será entregue à Presidência da República no dia 10/12/14, “dá início a uma nova fase de trabalho, visando a implementação da justiça de transição do País.” Gonzaga defendeu a criação de uma secretária nacional vinculada diretamente à Presidência da República, cujas atribuições seriam o encaminhamento da fase de transição, discutindo a questão da anistia; encaminhamento das buscas dos mortos e desaparecidos; a análise do caso do ex-presidente da República João Goulart, entre outros assuntos. (*O Estado de S. Paulo – Política – 12/11/14*)

5- Ex-militar que atuou na Casa da Morte de Petrópolis foi detido e interrogado pela Polícia Federal

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, o ex-agente militar Antonio Wainer Pinheiro Lima foi identificado por procuradores federais como o homem que atuava como carcereiro no Centro de Informações do Exército, órgão que centralizava o combate às guerrilhas urbanas e rurais, localizado na cidade de Petrópolis, no estado do Rio de Janeiro, conhecido como a Casa da Morte de Petrópolis. Sua localidade foi revelada pela ativista de direitos humanos e ex-militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) Inês Etienne Romeu, em depoimento à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), em 1979, no qual relatou que ficou em cárcere privado e passou por sessões de tortura na residência, em 1971. A ativista apresentou uma lista de 19 militares que torturaram prisioneiros no local, sendo um deles, que a estuprou duas vezes, o carcereiro da casa que atendia pelo codinome “Camarão”. De acordo com o jornal, Pinheiro Lima, o “Camarão”, foi localizado no interior do estado do Ceará, sendo detido e interrogado pela Polícia Federal. No interrogatório, Lima admitiu que atuou como “vigia” da casa de Petrópolis, mas não respondeu sobre o que se passava no interior da residência. A Comissão Nacional da Verdade (CNV) e a Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro decidiram fazer uma convocação conjunta do ex-agente militar, que será ouvido até o final de novembro de 2014. A CNV não aprofundou as investigações sobre os casos da Casa de Petrópolis, e entidades de direitos humanos dizem não ter perspectivas em relação ao relatório final que será apresentado no dia 10/12/14. A CNV ouviu o ex-agente Marival Dias Chaves do Canto em maio de 2013, e o coronel da reserva Paulo Malhões em março de 2014. Segundo o periódico, em 1992, Chaves do Canto relatou à revista “Veja” que presos políticos, como David Capistrano, José

Roman, Rosa Kucinski e Wilson Silva, teriam sido mortos e esquartejados na Casa da Morte de Petrópolis. Na ocasião, divulgou os nomes dos oficiais Paulo Malhões e Fred Perdigão que atuaram na residência. (O Estado de S. Paulo – Política – 12/11/14)

6- Ministro da Defesa deve prestar esclarecimentos sobre a compra dos caças do programa FX-2 na Câmara dos Deputados

De acordo com o jornal *Correio Braziliense*, o ministro da Defesa, Celso Amorim, foi convidado pela Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados para prestar esclarecimentos acerca do aumento de US\$ 1 bilhão no valor do contrato da compra dos caças suecos Gripen NG, fechado no mês de outubro de 2014. O autor do pedido, deputado Vanderlei Macris, afirmou que Amorim “precisa manifestar-se sobre os pormenores da operação e esclarecer a razão pela qual a operação não foi oficialmente divulgada na sua concretização, foi somente após a eleição presidencial”. No mês de dezembro de 2013, o governo brasileiro anunciou a escolha de 36 caças Gripen NG em um contrato no valor de US\$ 4,5 bilhões. No entanto, o valor contrato final, fechado em outubro de 2014, foi de US\$ 5,5 bilhões. De acordo com a Força Aérea Brasileira (FAB), o reajuste no valor do contrato deve-se aos impactos relacionados à oferta de 2009, da empresa sueca Saab, com adequações tecnológicas, visando atender à exigência de maior participação do Brasil na produção da aeronave. (Correio Braziliense – Política – 13/11/14)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Bruce Scheidl Campos (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista PIBITI); Cristal de Moraes Siqueira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); David Succi Júnior (Redator, graduando em Relações Internacionais); Giulia Botossi Gomes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Grazielle Gouveia (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, mestranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Marina Moreno Gomes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Victor Brando Coelho (Redator, graduando em Relações Internacionais)